DISLEXIA NO ENSINO FUNDAMENTAL I: IDENTIFICAÇÃO PEDAGÓGICA E CAMINHOS PARA UMA ALFABETIZAÇÃO INCLUSIVA

CLAUDILENE DE JESUS SILVA

RESUMO
O presente artigo analisa a dislexia no contexto do Ensino Fundamental I, considerando os desafios relacionados à identificação pedagógica, à diferenciação entre dificuldade escolar e transtorno específico de aprendizagem e às estratégias de intervenção no processo de alfabetização. Parte-se do entendimento de que a dislexia é um transtorno do neurodesenvolvimento que afeta a aprendizagem da leitura e da escrita, exigindo práticas pedagógicas adaptadas e fundamentadas teoricamente. A pesquisa apoia-se em revisão bibliográfica de estudos na área da psicologia da educação, neuropsicologia e legislação inclusiva brasileira, especialmente a Lei Brasileira de Inclusão e a Lei nº 14.254/2021, que trata do acompanhamento integral de educandos com dislexia e outros transtornos de aprendizagem. Discute-se a importância da observação sistemática dos sinais persistentes, da avaliação qualitativa e do planejamento de intervenções diferenciadas, evitando rotulações precipitadas e medicalização indevida. Analisa-se o papel da escola na garantia do direito à aprendizagem, com ênfase na mediação docente e na construção de ambiente alfabetizador inclusivo. Conclui-se que enfrentar a dislexia no Ensino Fundamental I requer formação docente, planejamento intencional e compromisso institucional com práticas que respeitem singularidades e promovam equidade educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Dislexia. Alfabetização. Inclusão escolar.

ABSTRACT
This article analyzes dyslexia in the context of early elementary education, considering challenges related to pedagogical identification, differentiation between school difficulties and specific learning disorders, and intervention strategies in the literacy process. It assumes that dyslexia is a neurodevelopmental disorder affecting reading and writing acquisition, requiring adapted and theoretically grounded pedagogical practices. The study is based on a bibliographic review of educational psychology, neuropsychology, and Brazilian inclusive legislation, especially the Brazilian Inclusion Law and Law nº 14.254/2021, which addresses comprehensive support for students with dyslexia and other learning disorders. It discusses the importance of systematic observation of persistent signs, qualitative assessment, and differentiated intervention planning, avoiding premature labeling and unnecessary medicalization. The role of the school in guaranteeing the right to learning is examined, emphasizing teacher mediation and the construction of an inclusive literacy environment. The article concludes that addressing dyslexia in early elementary education requires teacher training, intentional planning, and institutional commitment to practices that respect individual differences and promote educational equity.

KEYWORDS: Dyslexia. Literacy. School inclusion.

INTRODUÇÃO

A alfabetização no Ensino Fundamental I representa uma etapa decisiva na trajetória escolar das crianças, pois constitui a base para todas as aprendizagens posteriores. É nesse momento que se consolidam habilidades essenciais relacionadas à leitura e à escrita, fundamentais para o desenvolvimento acadêmico e social. A escola, portanto, assume papel central nesse processo, organizando práticas pedagógicas que favoreçam o acesso ao sistema de escrita alfabética.

Nesse período inicial, as expectativas em relação ao domínio da leitura e da escrita tornam-se evidentes na organização curricular e nas avaliações educacionais. Espera-se que as crianças avancem progressivamente na compreensão do código linguístico, desenvolvendo fluência e autonomia. No entanto, esse processo não ocorre de maneira homogênea para todos os estudantes.

Observa-se que algumas crianças apresentam dificuldades persistentes na aprendizagem da leitura e da escrita,

mesmo quando expostas a práticas pedagógicas adequadas. Essas dificuldades podem se manifestar por meio de trocas de letras, lentidão na leitura, baixa compreensão textual e resistência às atividades escolares. Tais sinais despertam a atenção de professores e gestores escolares.

É nesse contexto que a dislexia passa a ser considerada como uma possível hipótese diagnóstica. Contudo, é importante ressaltar que nem toda dificuldade de aprendizagem está relacionada a um transtorno. A análise deve ser cuidadosa, considerando o desenvolvimento individual da criança e o contexto em que está inserida.

A dislexia caracteriza-se como um transtorno específico de aprendizagem com prejuízo significativo na leitura, afetando aspectos como precisão, fluência e compreensão. Trata-se de uma condição de origem neurobiológica, que interfere no processamento fonológico da linguagem. Essa característica diferencia a dislexia de dificuldades pedagógicas comuns no processo de alfabetização.

Entretanto, a identificação desse transtorno exige cautela e avaliação especializada, realizada por profissionais qualifi-i cados. Muitas dificuldades observadas na fase inicial podem estar relacionadas a fatores como metodologias inadequadas, falta de estímulo ou mesmo ao tempo de maturação da criança. Por isso, diagnósticos precipitados devem ser evitados.

A distinção entre dificuldade transitória e transtorno específico é fundamental para garantir intervenções adequadas. Enquanto algumas crianças superam suas dificuldades com o tempo e com o apoio pedagógico, outras necessitam de acompanhamento mais sistemático e especializado. Essa diferenciação orienta a tomada de decisões no contexto escolar.

O risco da rotulação precoce constitui uma preocupação recorrente no debate educacional. Atribuir à criança um diagnóstico definitivo sem uma análise aprofundada pode gerar impactos negativos em sua autoestima e em sua trajetória escolar. Rótulos podem limitar expectativas e comprometer o desenvolvimento integral do estudante.

Diante disso, a escola precisa desenvolver um olhar investigativo, sensível e fundamentado sobre as dificuldades apresentadas pelos alunos. A observação sistemática do desempenho, aliada ao registro contínuo das aprendizagens, constitui o primeiro passo no processo de identificação de possíveis transtornos.

A legislação brasileira reforça o direito ao acompanhamento integral dos estudantes com dislexia e outros transtornos de aprendizagem. A Lei nº 14.254/2021 estabelece diretrizes importantes para a identificação precoce e para a oferta de apoio pedagógico adequado. Essa legislação amplia a responsabilidade das instituições de ensino.

Nesse cenário, o papel do professor alfabetizador é decisivo. É ele quem acompanha diariamente o desenvolvimento das crianças, identificando avanços e dificuldades. Sua atuação pode favorecer intervenções precoces e eficazes, contribuindo para minimizar barreiras no processo de aprendizagem.

A mediação pedagógica qualificada, baseada em estratégias diversificadas, é essencial para atender às necessidades dos alunos. O uso de recursos multissensoriais, atividades lúdicas e práticas diferenciadas pode potencializar a aprendizagem, especialmente para crianças com dificuldades específicas.

Além disso, a parceria entre escola e família fortalece significativamente o processo educativo. O compartilhamento de informações permite uma compreensão mais ampla das necessidades da criança, possibilitando a construção de estratégias mais coerentes e eficazes entre os diferentes contextos em que ela está inserida.

É importante destacar que a dislexia não está relacionada à falta de inteligência ou de esforço. Trata-se de uma diferença no modo como o cérebro processa a linguagem escrita. Compreender esse aspecto é essencial para combater preconceitos e promover práticas pedagógicas mais inclusivas e respeitosas.

O enfrentamento da dislexia no Ensino Fundamental I demanda formação docente contínua e compromisso institucional. Investir na capacitação dos professores e na construção de práticas pedagógicas fundamentadas contribui para garantir o direito à aprendizagem de todos os estudantes, promovendo uma educação mais equitativa e de qualidade. Parte superior do formulário

DISLEXIA: FUNDAMENTOS CONCEITUAIS E BASES LEGAIS

A compreensão da dislexia como transtorno específico de aprendizagem exige fundamentação teórica consistente. Estudos na área da neuropsicologia indicam que a dislexia está associada a dificuldades no processamento fonológico e na correspondência entre grafemas e fonemas. Essas dificuldades interferem na fluência e na precisão da leitura. Entretanto, o transtorno não compromete a capacidade intelectual geral da criança. Segundo Capellini, "a dislexia é caracterizada por dificuldade persistente na aquisição da leitura, apesar de instrução adequada e inteligência preservada" (CAPELLINI, 2010, p. 52). Essa definição reforça necessidade de avaliação criteriosa. A presença de ensino sistemático adequado é critério essencial para hipótese diagnóstica. A escola precisa assegurar práticas pedagógicas consistentes antes de considerar o transtorno.
A Lei nº 14.254/2021 determina que o poder público desenvolva programa de acompanhamento integral para educandos com dislexia. Essa legislação amplia responsabilidade das instituições escolares. A identificação precoce e o suporte pedagógico passam a integrar política educacional formal.

"O poder público deverá desenvolver e manter programa de acompanhamento integral para educandos com dislexia, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade e outros transtornos de aprendizagem" (BRASIL, 2021).

A diferenciação entre dificuldade de aprendizagem e dislexia exige análise interdisciplinar. Avaliações pedagógicas, psicológicas e fonoaudiológicas contribuem para diagnóstico mais preciso. O professor desempenha papel inicial ao registrar sinais persistentes.
A Lei Brasileira de Inclusão reforça que o sistema educacional deve garantir condições de aprendizagem aos estudantes com deficiência e transtornos (BRASIL, 2015). Essa previsão fortalece compromisso institucional. A adaptação pedagógica constitui direito legal.

"Incumbe ao poder público assegurar sistema educacional inclusivo, garantindo recursos de acessibilidade e apoio especializado para atender às necessidades específicas dos estudantes" (BRASIL,

Do ponto de vista teórico, a psicologia histórico-cultural reforça que a aprendizagem depende de mediação adequada. Vygotsky afirma que "a aprendizagem adequadamente organizada resulta em desenvolvimento mental" (VYGOTSKY, 1998, p. 112).

Essa perspectiva sustenta importância da intervenção pedagógica.
A alfabetização, nesse contexto, precisa considerar múltiplas estratégias. Métodos multissensoriais, atividades que envolvam percepção auditiva e visual e prática sistemática de consciência fonológica favorecem avanços. A intervenção pedagógica deve ser contínua e planejada.

"A avaliação deve ser contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos" (BRASIL, 1996, art. 24, V).

Assim, compreender a dislexia no Ensino Fundamental I exige articulação entre fundamentos científicos, legislação inclusiva e prática pedagógica qualificada. A escola assume papel decisivo na identificação e na intervenção, garantindo que diferenças no processamento da linguagem não se convertam em exclusão escolar.
A identificação pedagógica da dislexia no Ensino Fundamental I constitui um dos maiores desafios enfrentados pelos professores no processo de alfabetização. Isso ocorre porque, nessa etapa, é comum que muitas crianças apresentem dificuldades iniciais relacionadas à leitura e à escrita, o que pode gerar dúvidas quanto à origem dessas dificuldades. Diante disso, torna-se essencial que o professor desenvolva um olhar atento, sensível e fundamentado para compreender os sinais apresentados pelos estudantes.
No contexto escolar, a observação sistemática é o primeiro instrumento de identificação. O professor, ao acompanhar diariamente o desempenho dos alunos, consegue perceber padrões de dificuldades que se mantêm ao longo do tempo. Esses sinais incluem lentidão na leitura, dificuldades na correspondência entre letras e sons, inversões de letras e baixa compreensão textual. No entanto, é necessário cautela para não interpretar

tais manifestações de forma isolada.
A dislexia, enquanto transtorno específico de aprendizagem, apresenta características persistentes que não se explicam apenas por fatores pedagógicos ou sociais. Por isso, a análise do desempenho da criança deve considerar diferentes aspectos, como histórico escolar, oportunidades de aprendizagem e estratégias de ensino utilizadas. Essa abordagem mais ampla permite evitar conclusões precipitadas e contribui para uma avaliação mais justa e precisa.
Nesse sentido, é importante compreender que nem toda dificuldade de leitura indica dislexia. Muitas crianças estão em processo de construção do conhecimento e necessitam de mais tempo para consolidar habilidades. A maturação cognitiva e linguística também influencia diretamente o ritmo de aprendizagem, o que reforça a necessidade de respeitar as singularidades de cada estudante.
Segundo Magda Soares, "alfabetizar não é apenas ensinar a decodificar, mas inserir o sujeito nas práticas sociais de leitura e escrita" (Soares, 2004, p. 47). Essa perspectiva amplia a compreensão do processo de alfabetização e evidencia que dificuldades podem estar relacionadas à forma como o ensino é conduzido, e não necessariamente a um transtorno.
A avaliação pedagógica deve ser contínua e qualitativa, baseada em registros, observações e análise das produções dos alunos. Esse acompanhamento permite identificar avanços, dificuldades persistentes e possíveis necessidades de intervenção. Além disso, contribui para o planejamento de estratégias mais adequadas às necessidades da turma.
Outro aspecto relevante refere-se à importância da atuação interdisciplinar. A escola, ao identificar sinais persistentes de dificuldade, deve buscar apoio de profissionais especializados, como psicopedagogos e fonoaudiólogos. Essa articulação possibilita uma compreensão mais aprofundada do caso e orienta intervenções mais eficazes.

"A identificação da dislexia deve ser realizada por equipe multidisciplinar, considerando aspectos cognitivos, linguísticos e educacionais, evitando diagnósticos baseados apenas em observações superficiais" (Associação Brasileira de Dislexia, 2016, p. 12).

A parceria entre professores, equipe escolar e família também desempenha papel fundamental nesse processo. A troca de informações contribui para uma visão mais completa da criança, considerando seu comportamento em diferentes contextos. Essa integração fortalece o acompanhamento e favorece intervenções mais consistentes.
Além disso, é necessário combater a tendência à rotulação precoce, que pode comprometer o desenvolvimento emocional do estudante. Quando a criança é rotulada, corre-se o risco de limitar suas possibilidades e reduzir as expectativas em relação ao seu desempenho. Por isso, o cuidado na identificação é essencial.
A prática pedagógica deve priorizar a inclusão e o acolhimento, criando um ambiente seguro para que a criança possa aprender sem medo de errar. O erro, nesse contexto, deve ser compreendido como parte do processo de aprendizagem e não como sinal de incapacidade.
De acordo com Lev Vygotsky, "o aprendizado humano pressupõe uma natureza social específica e um processo por meio do qual as crianças penetram na vida intelectual daqueles que as cercam" (Vygotsky, 1991, p. 101). Essa compreensão reforça a importância das interações no desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita.
A identificação pedagógica da dislexia, portanto, não se limita a apontar dificuldades, mas envolve compreender o processo de aprendizagem da criança de forma integral. Esse olhar ampliado contribui para práticas mais inclusivas e eficazes no contexto da alfabetização.
Outro ponto fundamental refere-se à necessidade de formação docente contínua. Professores que compreendem melhor os transtornos de aprendizagem tendem a atuar com mais segurança e assertividade. A formação possibilita o uso de estratégias adequadas e fundamentadas teoricamente.
A identificação pedagógica deve estar sempre articulada ao compromisso com a aprendizagem de todos. Mais do que identificar dificuldades, é preciso construir caminhos que possibilitem o avanço dos estudantes, respeitando suas singularidades e promovendo uma alfabetização verdadeiramente inclusiva.

IDENTIFICAÇÃO PEDAGÓGICA E INTERVENÇÕES NA ALFABETIZAÇÃO

A identificação pedagógica da dislexia no Ensino Fundamental I inicia-se com a observação sistemática das produções escritas e das tentativas de leitura da criança. Erros persistentes na correspondência entre grafemas e fonemas, trocas frequentes de letras com sonoridade próxima e dificuldade em segmentar palavras podem indicar necessidade de investigação mais aprofundada. Contudo, é fundamental considerar o tempo de exposição ao ensino sistemático da leitura antes de levantar hipóteses diagnósticas. A análise deve ocorrer ao longo do processo e não de forma isolada.

A alfabetização exige que o professor compreenda o percurso construtivo da criança em relação à escrita. Conforme Ferreiro, "a criança formula hipóteses sobre o sistema de escrita muito antes de dominar a leitura convencional" (FERREIRO, 2001, p. 37). Essa perspectiva reforça que erros fazem parte do processo. A distinção entre hipótese construtiva e dificuldade persistente constitui tarefa pedagógica complexa.

A consciência fonológica desempenha papel central na aprendizagem da leitura. Crianças com dislexia frequentemente apresentam dificuldade em perceber e manipular sons da fala. Atividades que explorem rimas, segmentação silábica e identificação de fonemas podem auxiliar na intervenção. A prática sistemática e planejada favorece avanços graduais.

"O poder público deverá assegurar acompanhamento específico aos educandos com dislexia, com vistas à identificação precoce e ao apoio educacional adequado" (BRASIL, 2021)

A avaliação qualitativa constitui ferramenta essencial nesse processo. A LDB orienta que prevaleçam aspectos qualitativos sobre quantitativos (BRASIL, 1996). Essa diretriz favorece análise mais detalhada do percurso da criança. Provas padronizadas isoladas não revelam complexidade do desenvolvimento.

Capellini destaca que "a intervenção precoce é determinante para minimizar impactos da dislexia no percurso escolar" (CAPELLINI, 2010, p. 63). Essa afirmação reforça importância da atuação imediata. Quanto mais cedo as estratégias forem implementadas, maiores as possibilidades de progresso.

A adaptação pedagógica pode incluir tempo ampliado para leitura, uso de textos com fonte ampliada e apoio visual na segmentação de palavras. Essas estratégias não reduzem expectativas, mas ajustam condições de aprendizagem. A equidade orienta essas decisões.

"Incumbe ao poder público assegurar recursos de acessibilidade e apoio especializado, garantindo condições de aprendizagem aos estudantes com transtornos de aprendizagem" (BRASIL, 2015, art.).

O uso de metodologias multissensoriais, que integrem estímulos visuais, auditivos e cinestésicos, apresenta resultados positivos. A associação entre som, gesto e grafia fortalece conexões neurais relacionadas à leitura. A repetição estruturada contribui para consolidação da aprendizagem.

A parceria entre professor, coordenação pedagógica e família amplia eficácia das intervenções. A troca de informações permite acompanhamento mais consistente. O apoio familiar reforça estratégias adotadas na escola.

"A avaliação do rendimento escolar será contínua e cumulativa, considerando o desempenho global do aluno ao longo do período letivo" (BRASIL, 1996, art. 24, V).

Assim, a identificação pedagógica e a intervenção planejada constituem pilares para enfrentamento da dislexia na alfabetização. A atuação fundamentada e sistemática amplia possibilidades de aprendizagem e reduz riscos de exclusão escolar.

INCLUSÃO, AUTOESTIMA E RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL

A dislexia não afeta apenas o desempenho acadêmico, mas pode impactar diretamente a autoestima da criança. Dificuldades persistentes na leitura e na escrita geram frustração e sentimento de incapacidade. A escola precisa atuar de forma sensível para evitar estigmatização. O ambiente acolhedor fortalece confiança e motivação para aprender.

Patto afirma que "o fracasso escolar é produzido em contextos sociais e institu-

cionais" (PATTO, 1999, p. 89). Essa reflexão reforça que a responsabilidade não pode ser atribuída exclusivamente ao aluno. Metodologias inflexíveis e avaliações padronizadas ampliam desigualdades. A escola deve revisar práticas antes de rotular a criança.

A inclusão escolar pressupõe adaptação curricular e acompanhamento especializado. A Lei Brasileira de Inclusão determina que o sistema educacional deve assegurar igualdade de oportunidades (BRASIL, 2015). Essa previsão amplia dever institucional.

"É dever do Estado assegurar sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, garantindo condições de acesso, permanência, a construção de ambiente alfabetizador inclusivo exige planejamento coletivo. O projeto político-pedagógico deve contemplar estratégias para atendimento às necessidades específicas. A responsabilidade é compartilhada por toda a equipe escolar.

Segundo Vygotsky, "o desenvolvimento ocorre nas interações sociais mediadas" (VYGOTSKY, 1998, p. 75). A criança com dislexia necessita de mediação adequada para ampliar competências. A interação com pares também favorece aprendizagem cooperativa.

A avaliação diferenciada pode incluir adaptação na forma de apresentação das atividades e critérios mais flexíveis de correção. Essas medidas garantem justiça avaliativa. Avaliar não significa penalizar, mas acompanhar o desenvolvimento.

"A educação escolar deverá vincular-se à prática social e ao desenvolvimento do educando" (BRASIL, 1996, art. 2º).

A formação docente contínua constitui requisito indispensável para consolidação de práticas inclusivas. Conhecer características da dislexia amplia segurança na intervenção. A informação reduz preconceitos e fortalece compromisso pedagógico.

"A aprendizagem adequadamente organizada resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento processos que, de outra forma, não ocorreriam" (VYGOTSKY, 1998, p. 112).

Assim, enfrentar a dislexia no Ensino Fundamental I requer compromisso institucional com inclusão, valorização da autoestima e intervenção pedagógica fundamentada. A escola deve atuar como espaço de superação e não de reforço das desigualdades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste estudo evidenciou que a dislexia no Ensino Fundamental I exige abordagem pedagógica fundamentada, sensível e sistemática. Não se trata apenas de reconhecer um transtorno específico de aprendizagem, mas de compreender suas repercussões no processo de alfabetização e na trajetória escolar da criança. A identificação precoce, aliada à observação contínua e qualitativa, constitui etapa essencial para construção de intervenções adequadas. A escola desempenha papel decisivo nesse processo, organizando práticas que favoreçam o desenvolvimento integral dos estudantes.

Destacou-se que a distinção entre difi-i culdades transitórias e dislexia demanda avaliação criteriosa e interdisciplinar. Nem todo atraso na leitura configura transtorno específico, sendo imprescindível analisar práticas pedagógicas e tempo de exposição ao ensino sistemático. A rotulação precipitada pode gerar consequências emocionais e acadêmicas significativas. A atuação fundamentada evita medicalização indevida e fortalece responsabilidade institucional, promovendo intervenções mais justas e adequadas ao contexto de cada criança.

As estratégias de intervenção na alfabetização, especialmente aquelas baseadas em metodologias multissensoriais e no desenvolvimento da consciência fonológica, mostraram-se fundamentais para favorecer avanços. A adaptação pedagógica não representa redução de expectativas, mas reorganização das condições de aprendizagem. A equidade orienta tais decisões, garantindo que a criança com dislexia tenha acesso real ao currículo. Dessa forma, amplia-se a possibilidade de participação efetiva nas atividades escolares.

A legislação brasileira, especialmente a Lei nº 14.254/2021 e a Lei Brasileira de Inclusão, oferece respaldo jurídico consistente para o acompanhamento integral dos estudantes com dislexia. Contudo, a efetivação desses direitos

depende de formação docente contínua, planejamento institucional e articulação com serviços especializados. A previsão normativa precisa ser acompanhada de ações concretas no cotidiano escolar, assegurando que os direitos previstos se materializem em práticas educativas inclusivas.

Também se evidenciou que a autoestima da criança constitui dimensão central no enfrentamento da dislexia. O ambiente escolar precisa promover confiança e encorajamento, evitando comparações desnecessárias e práticas excludentes. A valorização dos avanços, mesmo que graduais, contribui para construção de identidade acadêmica positiva. A escola deve atuar como espaço de fortalecimento e não de estigmatização, favorecendo o desenvolvimento emocional e cognitivo dos estudantes.

Conclui-se que enfrentar a dislexia no Ensino Fundamental I requer compromisso coletivo com práticas inclusivas, fundamentação teórica consistente e intervenção pedagógica planejada. A aprendizagem não ocorre de forma homogênea, e respeitar singularidades constitui princípio essencial da educação democrática. Ao assumir responsabilidade institucional e pedagógica, a escola amplia possibilidades de sucesso acadêmico e desenvolvimento integral para todas as crianças, promovendo uma educação mais equitativa.

A análise desenvolvida ao longo deste estudo evidenciou que a dislexia no Ensino Fundamental I exige abordagem pedagógica fundamentada, sensível e sistemática. Não se trata apenas de reconhecer um transtorno específico de aprendizagem, mas de compreender suas repercussões no processo de alfabetização e na trajetória escolar da criança. A identificação precoce, aliada à observação contínua e qualitativa, constitui etapa essencial para construção de intervenções adequadas. A escola desempenha papel decisivo nesse processo, sendo responsável por garantir condições efetivas de aprendizagem.

Destacou-se que a distinção entre dificuldades transitórias e dislexia demanda avaliação criteriosa e interdisciplinar. Nem todo atraso na leitura configura transtorno específico, sendo imprescindível analisar práticas pedagógicas e tempo de exposição ao ensino sistemático. A rotulação precipitada pode gerar consequências emocionais e acadêmicas significativas. A atuação fundamentada evita medicalização indevida e fortalece responsabilidade institucional, assegurando que cada caso seja analisado com rigor e sensibilidade.

As estratégias de intervenção na alfabetização, especialmente aquelas baseadas em metodologias multissensoriais e no desenvolvimento da consciência fonológica, mostraram-se fundamentais para favorecer avanços. A adaptação pedagógica não representa redução de expectativas, mas reorganização das condições de aprendizagem. A equidade orienta tais decisões, garantindo que a criança com dislexia tenha acesso real ao currículo. Assim, promove-se uma aprendizagem mais significativa e contextualizada.

A legislação brasileira, especialmente a Lei nº 14.254/2021 e a Lei Brasileira de Inclusão, oferece respaldo jurídico consistente para o acompanhamento integral dos estudantes com dislexia. Contudo, a efetivação desses direitos depende de formação docente contínua, planejamento institucional e articulação com serviços especializados. A previsão normativa precisa ser acompanhada de ações concretas no cotidiano escolar, fortalecendo a inclusão educacional.

Também se evidenciou que a autoestima da criança constitui dimensão central no enfrentamento da dislexia. O ambiente escolar precisa promover confiança e encorajamento, evitando comparações desnecessárias e práticas excludentes. A valorização dos avanços, mesmo que graduais, contribui para construção de identidade acadêmica positiva. A escola deve atuar como espaço de fortalecimento e não de estigmatização, respeitando as particularidades de cada estudante.

Conclui-se que enfrentar a dislexia no Ensino Fundamental I requer compromisso coletivo com práticas inclusivas, fundamentação teórica consistente e intervenção pedagógica planejada. A aprendizagem não ocorre de forma homogênea, e respeitar singularidades constitui princípio essencial da educação democrática. Ao assumir responsabilidade institucional e pedagógica, a escola amplia possibilidades de sucesso acadêmico e desenvolvimento integral para todas as crianças.

Outro aspecto relevante refere-se à ne-

cessidade de ampliar a formação inicial e continuada dos professores sobre transtornos específicos de aprendizagem. Muitos educadores ainda relatam insegurança ao lidar com estudantes com dislexia, o que pode dificultar a identificação de sinais e a implementação de estratégias adequadas. Investir em processos formativos que articulem teoria e prática contribui para fortalecer a autonomia docente e qualificar o acompanhamento pedagógico desses estudantes, favorecendo intervenções mais eficazes.

A parceria entre escola e família também se mostrou elemento fundamental no processo de enfrentamento das dificuldades relacionadas à dislexia. Quando os responsáveis compreendem as características do transtorno e participam do processo educativo, cria-se uma rede de apoio que favorece o desenvolvimento da criança. A comunicação constante entre professores e familiares permite alinhar expectativas, compartilhar estratégias e acompanhar os avanços de forma mais consistente, fortalecendo o vínculo entre os diferentes contextos educativos.

Outro ponto observado diz respeito à importância de práticas avaliativas flexíveis e sensíveis às necessidades dos estudantes com dislexia. A avaliação não deve assumir caráter meramente classificatório, mas funcionar como instrumento de acompanhamento da aprendizagem. Ajustes em tempo de realização de atividades, formatos de apresentação e critérios de análise podem contribuir para que o estudante demonstre seus conhecimentos sem que as dificuldades de leitura e escrita se tornem barreiras intransponíveis, garantindo maior equidade.

Além disso, é necessário reconhecer que a inclusão de estudantes com dislexia não depende exclusivamente do professor em sala de aula. A gestão escolar exerce papel estratégico na organização de condições institucionais favoráveis, como planejamento coletivo, acesso a materiais pedagógicos adequados e articulação com equipes multiprofissionais. Uma gestão comprometida com a inclusão fortalece a construção de práticas educativas mais equitativas e alinhadas às necessidades dos estudantes.

Compreender a dislexia no contexto do Ensino Fundamental I implica reconhecer que cada criança possui tempos e modos próprios de aprender. A escola que assume perspectiva inclusiva compreende essas diferenças como parte do processo educativo e busca desenvolver estratégias que ampliem as possibilidades de participação e aprendizagem. Assim, ao valorizar a diversidade e investir em práticas pedagógicas fundamentadas, a instituição escolar contribui para garantir trajetórias educacionais mais justas e significativas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 1 mar. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 2 mar. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 1 mar. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021. Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia, TDAH e outros transtornos de aprendizagem. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 1º dez. 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14254.htm. Acesso em: 5 mar. 2026.

CAPELLINI, Simone Aparecida. Transtornos de aprendizagem: aspectos teóricos e práticos. São Paulo: Memnon, 2010.

FERREIRO, Emilia. Reflexões sobre alfabetização. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PATTO, Maria Helena Souza. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. A formação social da mente. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.